

ESCOLA ESTADUAL
PROFESSORA CECÍLIA DE NEGRI

PROPOSTA PEDAGÓGICA





ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA CECÍLIA DE NEGRI

PROPOSTA PEDAGÓGICA



Sumário

1. Introdução 3
2. Identificação52.1 Cursos Oferecidos6
3. Contexto Histórico do Município e a Inserção da Unidade Escolar
4. Diagnóstico da Clientela
5. Estrutura Organizacional
6. Justificativa 18
7. Diagnóstico da Situação e do Ensino – Aprendizagem
8. Filosofia, Missão e Papel Social da Escola
9. Princípios e valores que norteiam o projeto
10. Síntese da concepção de ensino-aprendizagem e educação inclusiva
11. Concepção de cidadão que se quer formar
12.0bjetivos, metas e plano de ação



12.4 Expectativa dos professores em relação ao papel da escola na construção de cidadãos
13. Concepção de ensino-aprendizagem 46
14. Das competências da equipe gestora4714.1 Competências do Diretor de escola4714.2 Competências do vice-diretor de escola4814.3 Competências do professor coordenador pedagógico48
15. Competências das Instituições internas da escola
16.Considerações finais 54
17. Bibliografia 55

1. Introdução

Quando se trata do tema da educação no Brasil, as discussões sobre as formas de melhorar o ensino são inúmeras e frequentes. Entre os estudiosos e no interior das escolas, quando se busca equacionar o fracasso escolar é comum observarmos comentários do tipo: "os alunos chegam ao ensino fundamental II com problemas de alfabetização", "há muitos alunos por turma", "não existem recursos didáticos – livros, materiais pedagógicos e tecnológicos – necessários para o ensino", "as crianças não têm nenhum apoio das famílias" e vários outros comentários que refletem a situação do ensino em nosso país.

Frente ao cenário de tantos problemas, pode-se entender que um modelo de gestão centralizadora obviamente não dá conta de ir de encontro aos atenuantes que permeiam o referido fracasso escolar. Diante disso, a construção coletiva do projeto político pedagógico vem em consonância com os princípios democratizantes que atravessamos pós ditadura. Dito de outro modo, o Projeto Político Pedagógico visa abarcar a participação dos sujeitos na elaboração de um projeto de sociedade. Ao definir projeto político pedagógico, Veiga (2002) o define como sendo processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. Desse modo, o projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade.

Tendo tal definição como norteadora, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Professora Cecília de Negri, além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos que são os balizadores das ações educativas.

A importância do PPP da Escola Estadual Professora Cecília de Negri leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a sua história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para as crianças e os estudantes, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade.

A Escola Estadual Professora Cecília de Negri vem trabalhando, sistematicamente e com afinco, em defesa de uma educação na qual se busca elevação da qualidade formal e política.

No âmbito do Sistema Educacional o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Cecília de Negri constitui-se como uma ferramenta de gestão democrática e participativa no qual todos os envolvidos no processo educativo depositam suas contribuições no sentido de traçar rumos possíveis para o sucesso almejado. Para a consecução do ideário de participação democrático foi o fio condutor no processo de construção deste documento, no qual foram participantes ativos os pais, alunos, funcionários, professores e equipe gestora

No imperativo de que a organização escolar acompanhe as transformações políticas, sociais e tecnológicas do país e as novas demandas da globalização e proporcione aumento da qualidade de ensino, o conceito de Projeto Político Pedagógico está intimamente relacionado com as concepções de mudança, inovação e defesa de políticas educativas baseadas na democratização e desenvolvimento da autonomia da escola.

A interiorização e compreensão da importância do Projeto Político Pedagógico e da sua correta aplicação e operacionalização é uma condição essencial para a inovação e eficácia

da escola se poderá construir um Projeto que sirva os fins para os quais foi idealizado.

de qualquer organização escolar. Assim, só com o conhecimento profundo da realidade

Torna-se necessário, entre outros aspectos, fomentar a cultura de participação e o

envolvimento dos atores escolares aliados a um clima de escola aberto e propiciador

dessa mesma participação, aperfeiçoar a comunicação organizacional, diagnosticar as

áreas de intervenção prioritárias, identificar a missão da escola congruente com o

contexto local em que se insere e com as áreas de intervenção referidas, tendo como

base as linhas orientadoras da Secretária de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC),

nomeadamente no que diz respeito ao Currículo Paulista que, construído conjuntamente,

contempla a Base Nacional Curricular Comum e também considerando princípios e

valores sociais de cunho geral acrescidos das especificidades de nossa comunidade.

Conseguir vislumbrar a realidade e o cenário atual e projetar uma nova realidade

possível é uma tarefa que poderá não ser de concretização fácil e rápida, mas não o

sendo, sentimos que, pelos nossos alunos, devemos continuar a tentar. Acresce ainda

dizer que a futura concretização deste PPP é, no fim de contas, mais um desafio que vale

a pena aceitar, em prol das nossas crianças e jovens.

2. Identificação

• Nome: E.E. Professora Cecília de Negri

◆D.R.E: SUMARÉ

• Endereço: Rua: Francisco Figueiredo Pimenta, nº 28 Jardim São Francisco - Sumaré

•CEP: 13181-081

• Telefones: 38641022 e (19) 3864942

•E-mail: e037941a@educacao.sp.gov.br

• Diretora: Matilde Donizete Alves

Vice-Diretores: José Eduardo Varanda

• Coordenador: Cleber Aparecido da Silva e Ednalva de Oliveira Vila Nova

• Código C.I.E.: 037941

•Código U.A.: 51063

• Mantenedora: Governo do Estado de São Paulo

Ato de criação: Decreto nº 11533 de 09/05/1978, com a denominação EEPG Jardim São

Francisco.

2.1 - Cursos Oferecidos

Série / Ano	Horários de	Ato de
	atendimento	autorização/criação
		(DOE)
5º ao 9º Ano	Manhã	DOE de 09/05/1978
	-5° Anos: 7:00 as	
	11:30h.	
	-6° ao 9° Ano: 7:00	
	as 12:20h	t
2º ao 4º Ano	Tarde	DOE de 09/05/1978
	-2° Anos ao 4°	
	Anos: 13:00 as	
	17:30 h	
	5º ao 9º Ano	atendimento 5º ao 9º Ano Manhã -5º Anos: 7:00 as 11:30h6º ao 9º Ano: 7:00 as 12:20h 2º ao 4º Ano Tarde -2º Anos ao 4º Anos: 13:00 as

3.Contexto Histórico do Município e a Inserção da Unidade Escolar

Sumaré tem a sua origem a partir de uma sesmaria. As mais antigas referências à região do Quilombo, há mais de 200 anos, são encontradas em documentos de doação das sesmarias. A mais antiga informação que se tem sobre Sumaré refere-se ao Ribeirão Quilombo. Um documento datado de 1799 cita esse curso d'agua, fazendo referência geográfica. Surge no planalto paulista a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das

Campinas do Mato Grosso, em meados do século XVIII, posteriormente Vila de São Carlos.

Com o desmembramento das sesmarias, a região passa a ser formada por fazendas. O desenvolvimento da cultura cafeeira impulsionou o crescimento da região. Em Sumaré os imigrantes vieram quando o café chegou a Campinas na segunda metade do século XIX. A produção cafeeira avançava para o oeste paulista, agora ocupado pelos imigrantes. Os imigrantes compravam terras, praticavam a agricultura nas imediações de Sumaré ou abriram comércio na zona urbana.

Os primeiros imigrantes de Rebouças eram portugueses e italianos, os portugueses pertenciam às famílias Valle Mello, Raposeiro, Pereira, Aranha, Miranda, Teixeira, Leite, Duarte; os de origem italiana eram das famílias Noveletto, Guidotti, Biancalana, Franceschini, Foffano, Fabbri, Bosco, Basso, Breda, Marangoni, Montanher, Menuzzo, Ravagnani e outros. Vieram também alguns imigrantes russos, alemães, austríacos, espanhóis e norte-americanos.

O território de Rebouças era todo formado por fazendas e abrangia todas as terras que hoje formam Hortolândia, Nova Veneza, Matão e Nova Odessa. Em Hortolândia havia a grande fazenda Terra Camarguense, que hoje são os bairros Amanda I e II e a cidade de Nova Odessa.

Constituída por fazendas cafeeiras, no dia 26 de julho de 1868 foi construída uma capela dedicada a Nossa Senhora de Sant'Ana, marco da fundação de Sumaré, uma pequena vila pertencente a Campinas. No ano de 1875, com a inauguração da estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, o povoado progrediu rapidamente. A Estação recebeu o nome de um dos maiores engenheiros brasileiros, Antônio Pereira Rebouças Filho, que projetou muito da malha ferroviária paulista e paranaense.

O vilarejo crescia ao redor da Estação de Rebouças, impulsionado pelo comércio, pela incipiente indústria de sabão, de tijolos, de bebidas e pela atividade extrativa da madeira. Com a passagem da estrada de ferro, Quilombo passou a se chamar Rebouças

e em 1909 tornou-se Distrito de Paz de Campinas. Até o ano de 1914 a Igreja de Sant'Ana era pertencente a paróquia Nossa Senhora do Carmo, de Campinas, a partir desse ano a Igreja do povoado de Rebouças é elevada a condição de Paróquia.

Em meados de 1920, o povoado já contava com energia elétrica, subprefeitura, iluminação pública, posto policial, cartório, serviço telefônico, escola, igreja matriz e pronto socorro e banda de música. Em 1934, o serviço de abastecimento de água foi inaugurado. Na vila havia armazéns, padaria, açougue, oficina de ferrar cavalo, máquina de beneficiar arroz e café, fábrica de bebidas, loja de armarinhos e farmácia; na zona rural havia engenhos de pinga e açúcar, serrarias, monjolos, moinhos de fubá, olarias, também havia fazendas que produziam café, algodão e gado. A escolha do nome Sumaré ocorreu por meio de um plebiscito em 1945 se deu em face que a legislação brasileira impedia que dois povoados tivessem o mesmo nome no país, e já havia uma cidade, com nome de Rebouças, no Paraná. O nome da orquídea Sumaré foi escolhido dez anos antes da emancipação político administrativa do município, que conquistaria a sua emancipação de Campinas no 1º de janeiro de 1953. Sumaré é elevada à condição de Comarca no ano de 1964.

A partir da década de 60, a população sumareense passou a registrar um crescimento vertiginoso. Na década de 70, o crescimento demográfico chegou a quase 400%. O então "boom" populacional ocorreu, basicamente, pelo desenvolvimento industrial e pela grande oferta de terrenos, a preços acessíveis. Sumaré passou a ser visto como uma terra de oportunidades, atraindo migrantes de todas as regiões do Brasil. Portanto, a história de Sumaré se divide nitidamente em duas partes: uma até 1950 com população basicamente formada por imigrantes italianos e portugueses; depois de 1950, com presença de migrantes de todos os estados do Brasil. No ano de 1907 o povoado tinha por volta de 300 habitantes, em 1912 pouco mais de 400, em 1940 o distrito tinha perto de 5.000 e em 1950 chegava a 6.000. Com a industrialização do Sudeste, as indústrias

chegaram à Sumaré nos anos 50 e a partir de então o município vivenciou um crescimento vertiginoso a cada década.

Nova Veneza

Nova Veneza era formada por algumas fazendas muito antigas. Depois de 1910 várias famílias de imigrantes compraram terras nesse lugar, que logo foi se desenvolvendo. Apareceram então escola, igreja, casas comerciais, olarias etc. Em 1946 a 3 M se instalou às margens da Rodovia Anhanguera e outras empresas vieram em seguida para Nova Veneza, atraindo muitos migrantes.

O distrito foi criado em 1958, após a formação de um núcleo de pequenos lotes originários da divisão da fazenda de Luiz Campo Dall'Orto. Para possibilitar a sua criação foram desmembradas terras dos distritos da Sede (Sumaré) e Hortolândia A população cresceu rapidamente. Em 1960 o bairro tinha 2.000 habitantes, em 1970 tinha 4.000, em 1980 37.000 e em 1990 perto de 80.000, hoje conta com mais de 170.000 habitantes. A industrialização é marco no distrito que não possui Zona Rural, ela se estende ao longo da Rodovia Anhanguera sua principal via que a divide ao meio, no parque industrial estão instaladas indústrias importantes como 3M, Honda, Pirelli, PPG, Villares Metals, Adere, Medley.

Hoje Nova Veneza cresce e se reconstrói devido a seu crescimento desordenado dos anos 80, nos últimos anos bairros planejados e condomínios de médio e alto padrão se instalaram no local, também a vinda de novas indústrias e equipamentos urbanos como o Hospital Regional localizado na Avenida da Amizade e o SESI nas margens da rodovia Anhanguera e do Núcleo Velho de Nova Veneza, e fortificação do comércio principalmente na Avenida da Amizade e Bairro do Matão elevaram o perfil econômico e social até então estrangulado pela má formação urbana.

3.1 - Histórico da unidade escolar

3.1.1 - Histórico de Criação:

A Escola Estadual Professora Cecília de Negri foi criada pelo Decreto nº 11.533 de 09/05/1978, com a denominação EEPG Jardim São Francisco. Na primeira fase o prédio era composto de salas de Madeirit, hoje conta com treze (13) salas de alvenaria, secretaria, cozinha, banheiros masculinos e femininos para os alunos, sala para os professores adaptada, banheiro para os professores, diretoria e sala para coordenação, acessa escola com (8) computadores.

A instalação do Ensino Fundamental I (Anos iniciais) foi publicada em DOE de 09/05/1978 e a instalação do Ensino Fundamental II no ano de 2014.

As condições do prédio são regulares, necessitando de reforma na parte elétrica e hidráulica, e a ampliação do pátio coberto para atender os alunos e comunidade em dias de chuva, e ampliar o refeitório, é necessário uma cobertura do prédio até o portão, para locomoção dos alunos nos dias de chuva; Necessita da construção de uma sala de leitura. A escola possui fossa séptica, que se torna inadequado para os dias de hoje.

3.2 - Histórico da Patrona

Professora Cecília de Negri, patrona da nossa Unidade Escolar nasceu em Piracicaba no Estado De são Paulo, filha de Antônio De Negri e Maria Rodella de Negri, aos 24 de dezembro de 1948. Iniciou seus estudos em 1948 no Grupo Escolar Barão de Rio Branco em sua cidade natal. Posteriormente iniciou o curso de Magistério na Escola Nossa Senhora de Assunção e em 1959 concluiu o curso de Formação de Professores em Piracicaba. No Ano de 1961 na Escola Normal Particular Mis Martha Whattis, na mesma cidade, frequentou e concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Professores Primários, iniciando em seguida seu trabalho no magistério como professora substituta em Escolas Estadual da região.

Sempre buscando aperfeiçoamento profissional fez cursos nos anos de 1969 a 1970 a SD SUD MENUC e em 1971 concluiu o Curso Superior em Pedagogia na Faculdade de Educação Piracicabana. No ano de 1966 marcou seu ingresso no Magistério Oficial, tornando-se professora primária efetiva, nomeada por decreto publicado no Diário Oficial de 17/12/1966 para exercer o seu cargo no Grupo Escolar Professora Yolanda de Noronha do Nascimento na Cidade de São Bernardo do Campo. Buscando maior proximidade de seus familiares, residentes em Piracicaba, removeu-se em 1969 para o Grupo Escolar Jardim São Paulo em Americana. Em 1970 removeu-se novamente para Grupo Escolar Professora Juvelina de Oliveira em Santa Barbara d'Oeste onde permaneceu por mais dois anos. Em 1972 mais uma remoção para o grupo Escolar Bispo Dom Matheus em Mombuca. Em 1973, já em reconhecimento a seu excelente trabalho e suas qualidades morais exemplares, foi designada Orientadora de Educação Moral e Cívica no Grupo Escolar Bispo Dom Mateus. Em 1974, finalmente consegue a remoção para sua terá natal no Grupo Escolar Professora Mirandolina de Almeida Canto, onde viria a encerrar sua missão próxima de seus familiares.

Cecília de Negri sempre fez de sua profissão um verdadeiro sacerdócio, transformando em amigos cada um de seus colegas de trabalho e transmitindo a todos os seus alunos o seu exemplo de honestidade, amor ao próximo, lealdade e dedicação. Fiel a disciplina e a hierarquia, soube conquistar seus superiores desdobrando-se em dedicação e colaboração sempre em prol do bem comum. Foi rotineiramente agraciada com notas máximas em todos os campos de sua profissão sendo reconhecida como professora exemplar e cidadã repleta de dignidade.

Em 12 de junho de 1974, devido ao Aneurisma Cerebral, veio a falecer no município de Campinas, deixando em aberto uma imensa lacuna de dor no seio familiar e profissional, nos quais era imensamente admirada. Aos 23 anos de idade deixou-nos exemplo de perseverança, solicitude e dedicação em sua profissão marcando uma enorme perda ao Magistério Oficial do Estado e a todos nós.

3.3 - Histórico de relação e de inserção da escola na comunidade

A escola é bem aceita, atende uma comunidade difícil, tanto sócio econômico quanto a carência afetiva, a maioria dos alunos convivem com a necessidade de seus pais terem que trabalhar fora e isso afeta diretamente ao desempenho e a frequência escolar.

Por necessidade de uma vida melhor também os pais são obrigados a irem e virem trocando sempre de municípios, acarretando um entra e sai de alunos durante o ano. Tudo isso exige da equipe gestora uma atenção muito grande, um acompanhamento diário e interferência sempre que preciso para que os alunos frequentem regularmente as aulas.

4. Diagnóstico da Clientela

A clientela escolar é formada, em sua grande maioria, por alunos oriundos de zona urbana filhos de famílias migrantes do Paraná, Minas Gerais, Nordeste e da Periferia de São Paulo residentes no entorno da Unidade Escolar o que permite o fácil acesso do alunado à escola. A explosão demográfica do bairro somada as condições socias dos migrantes e a pouca oportunidade de ascensão social na região quando aqui chegaram caracterizou a população da comunidade como de baixa renda e nível de escolaridade precário, sendo que, devido ao acesso ao ensino público e o desenvolvimento da cidade e da região nos últimos anos esta realidade tem se transformado sensivelmente.

É necessário considerar que a história da formação da comunidade deixou suas marcas e problemas que perduram até os dias de hoje pois temos elevado índice de desemprego devido a falta de especialização da mão de obra e baixa escolaridade. Observa-se também uma acentuada desagregação familiar, abandono infantil, problemas de criminalidade, gravidez precoce, uso de drogas e alcoolismo o que consequentemente influi diretamente nos valores que nossos alunos trazem consigo quando passam a ser de nossa responsabilidade. As crianças e adolescentes que recebemos vitimadas pelo



processo apontado acima, devido a falta de referencial, apresentam inúmeros problemas disciplinares ao ambiente escolar, demonstrando falta de limites, desinteresse, desrespeito e inexistencia da visão de que a instituição escolar é um instrumento de ascensão social, postura esta que interfere diretamente no bom andamento e no bom resultado da escola e do próprio educando. A participação da família e da comunidade no processo ensino-aprendizagem é praticamente nulo e um grave problema pois, apesar de projetos e procedimentos de incentivo, pouco tem se conseguido para reversão deste quadro nas últimas gestões e continuamos sem contar com a participação e colaboração da maioria das famílias na vida escolar de seus filhos.

Os índices de evasão escolar tem diminuido bruscamente nos últimos anos em consequência da política da Progressão Continuada o que não significa que os formandos saiam ao final dos ciclos oferecidos preparados para o mundo globalizado e para as novas demandas sociais.

5.Estrutura Organizacional

Horários de funcionários

NOME	RG	CARGO	HORÁRIO DE TRABALHO	HORÁRIO ALMOÇO/ JANTAR
Dayara Noemmi dos <u>santos</u>	47.442.132	GERENTE ESCOLAR	09:00 ÀS 18:00	12:30 ÀS 13:30
Cristiane Silvana Francisco	34.378802	AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	07:00 ÀS 16:00	11:00 ÀS 12:00
Vera Lucia de Farias	137571768	AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	07:00 ÀS 16:00	11:30 ÀS 12:30



Maria de Lourdes Miranda de Souza	21.553.276	AGENTE SERVIÇOS ESCOLARES	DE	08:00 ÀS 17:00	12:00 13:00	ÀS
Terezinha de Fátima Camilo Oliveira	22.852.708	AGENTE SERVIÇOS ESCOLARES	DE	06:00 ÀS 16:00	10:00	ÀS
Rosangela Aparecida Paduan	18.025.439	AGENTE SERVIÇOS ESCOLARES	DE	06:00 ÀS 16:00	10:00	ÀS
Raimunda Lucineide da Silva Mata Oliveira	14.293.333				12:00 13:00	ÀS

Quadro de gestores da escola e suas habilitações

	Nome	Função	RG	HABILITAÇÕES	ACUMULO
		•		3	DE CARGO
	MATILDE			EDUCAÇÃO	
01	DONIZETE	Diretor	19.386.796	ARTISTICA /	Sim
	ALVES			PEDAGOGIA	
	JOSÉ			LETRAS e	
02	EDUARDO	Vice-diretor	18.209.204		Não
	VARANDA			PEDAGOGIA	
	Cleber	Professor	23.423.139.7		
03	Aparecido da	Coordenador	5 m	Biologia	Não
	Silva				



	Ednalva de	Professor			
04	Oliveira Vila	Coordenador	21293354	Pedagogia	Não
	Nova				

Horário Administrativo do ano em curso homologado

NOME	RG	CARGO	HORÁRIO DE TRABALHO	HORÁRIO ALMOÇO/ JANTAR
MATILDE DONIZETE ALVES	19.386.796	DIRETOR DE ESCOLA	Segunda-feira 07:00 as 16:00 Terça-feira a sexta- feira 09:00as 18:00	11:00 ÀS 12:00
JOSÉ EDUARDO VARANDA	18.209.204	VICE-DIRETOR DA	Segunda-feira 09:00 as 18:00 Terça-feira a sexta- feira 07:00as 16:00	12:00 ÀS 13:00

Horário de trabalho do professor coordenador da U.E e das ATPCs

Cleber Aparecido da Silva	26.301.271	Professor Coordenador	08:30 as 17:30 horas	Segunda-feira Quinta e sexta 11:00 as 12:00 Terça 12:30 as 13:30 Quarta 13:30 as 14:30
Ednalva de Oliveira Vila Nova	21293354	Professor Coordenador	07:00 as 16:00	11:30 as 12:30

Horários de ATPC

Dia da semana	Horário
3ª feira	10:50 ÀS 12:30
4ª feira	12:40 ÀS 15:10

Dia e horário semanal da reunião da Equipe Gestora

Dia da semana	Horário
2ª feira	14:00 - 15:30

5.1 - Síntese reflexiva dos temas e discussões realizadas na reunião semanal da Equipe Gestora

A reunião é necessária e a participação efetiva da equipe gestora nas reuniões, para tornar o debate mais produtivo.

A organização da gestão escolar possui variadas concepções sobre a organização escolar e a educação, relacionando a sociedade e a formação dos alunos. Na nossa pauta de gestores, para identificarmos os melhores passos e desenvolver um bom trabalho na equipe, alcançando as metas, planejar as assembleias e debatermos as mudanças. elencamos os seguintes itens:

- A. Conceituação de Gestão Escolar
- B. MMR Método de Melhoria de Ensino
- C. Organograma Básico da Escola
- D. Elementos Constitutivos da Gestão Escolar
- E. Gestão Escolar Participativa
- F. Sistema Organizacional da Escola
- G.Prática da Gestão nas Escolas
- H.Planejamento das Atividades Escolares
- I.A importância da Participação Ativa da Comunidade na Escola
- J.Importância da Formação Continuada dos Professores
- K. Avaliação no Desenvolvimento do Trabalho Profissional e outros Setores Da Escola
- L. O planejamento do trabalho escolar e racionalização do uso dos recursos materiais, financeiros, intelectuais; dirigir e controlar os serviços necessários à educação, bem como coordenar e controlar o trabalho das pessoas.
- M. Revisão do projeto político-pedagógico (PPP)
- N. Análise de resultados dos alunos
- O. Formação dos professores em serviço

- P. Preparação do Conselho de Classe
- Q. Aquisição, uso e conservação do Patrimônio Público
- R. Articulação com as famílias
- S. Mobilização dos segmentos escolares

6. Justificativa

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um vetor de cunho teórico-metodológico que tem por finalidade subsidiar as ações, de forma sistematizada, pautado em princípios legais, filosóficos e pedagógicos. Sua elaboração está prevista no inciso I, do Art. 12, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o qual cita que: "Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica". A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ainda estabelece que a elaboração do PPP deve ser coletiva, democrática e participativa, os:

[...] Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

seguintes princípios:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; [...]

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;[...]

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico também se justifica pela necessidade de identificar junto a comunidade escolar as fragilidades e potencialidades da Escola Estadual Professora Cecília de Negri de modo a definir ações e estratégias para a práxis educativa, refletindo a função social da escola pública, garantindo uma educação pública de qualidade e que contribua para a melhoria da escolarização da população atendida.

Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico desta Escola segue a Pedagogia Histórico-Crítica: Entendendo o ser humano como ser histórico e social, buscando garantir o acesso, a permanência e a apropriação dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade.

Nessa perspectiva, este Projeto Político Pedagógico se constitui numa iniciativa e compromisso com a educação para emancipação do sujeito, por meio da garantia do cumprimento de sua função social: socializar os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos. Busca-se não perder a criticidade, diante das diretrizes filosóficas, políticas e pedagógicas voltadas à educação escolar de qualidade e pretende-se que seja concretizado por meio da ação coletiva dos segmentos da comunidade intra e extraescolar. Espera-se que as intencionalidades desse Projeto Político Pedagógico possibilitem um novo repensar e contribuam para a prática pedagógica da perspectiva adotada.

7.Diagnóstico da Situação e do Ensino- Aprendizagem

Através da análise resultante da última Avaliação Final interna da Unidade Escolar que é realizada anualmente e também da consulta a toda a comunidade educativa conclui-se que existem bastantes pontos fortes, mas também vários a serem melhorados, passíveis de intervenção por parte de todos da comunidade escolar em seus devidos lugares de atuação.

Começamos por elencar os pontos fortes nas diversas gestões avaliadas:

A) GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

.A escola tem realizado registros, análises e socialização das taxas de aprovação, reprovação e abandono, identificando necessidades e implementando ações de melhoria.

.A escola realizou o acompanhamento e controle da frequência dos alunos adotando medidas para assegurar a sua permanência, com sucesso.

.A escola analisou os resultados do seu desempenho (AAP, IDESP, SARESP, e outros), identificou necessidades e propôs metas de melhoria.

.Respeitando os princípios da publicidade e legalidade que sedimentam a gestão pública, foram divulgados, periodicamente, aos pais e à comunidade, os resultados de aprendizagem dos alunos e as ações educacionais implementadas para a melhoria do ensino.

.A Escola desenvolveu efetivamente seu Plano de Melhoria através do MMR – Método de melhoria de Resultados

B) GESTÃO PARTICIPATIVA

.O fio condutor dos Conselhos de Classe/Série é a gestão participativa que por sua vez é expressa através do comprometimento, da iniciativa e efetiva colaboração na melhoria do processo de ensino e do processo de aprendizagem.

Tendo como referência tanto as teorias acadêmicas, quanto à legislação vigente, buscou-se a interação família-escola, onde foram realizadas articulações e parcerias com as famílias, com os serviços públicos (saúde, meio ambiente, infraestrutura, trabalho, justiça, assistência social, cultura, esporte e lazer) associações locais, empresas e profissionais, visando a melhoria da gestão escolar, o enriquecimento do currículo e a aprendizagem dos alunos.

.Canais dinâmicos de comunicação com a comunidade escolar a respeito dos planos de ação (metas e ações do Plano de Gestão) e realizações da escola foram utilizados, com vistas a prestar contas e dar transparência à gestão escolar.

C) GESTÃO PEDAGÓGICA

.Tendo em vista a política educacional adotada pela SEE/ SP, foram realizadas práticas de análise dos resultados de aprendizagem (avanços alcançados e dificuldades enfrentadas pelos alunos) e são desenvolvidas ações pedagógicas tendo por objetivo a melhoria continua do desempenho escolar.

.Visando acompanhar os avanços no âmbito educacional, incentivou-se a busca por práticas pedagógicas inovadoras para atender as diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem dos alunos, com a utilização adequada de recursos didáticos e tecnologias educacionais que favoreçam o trabalho em equipe, a interdisciplinaridade, a contextualização e a apropriação dos saberes.

.Atendendo o princípio da inclusão, Práticas pedagógicas inclusivas que traduzam o respeito e o atendimento equitativo a todos os alunos, independentemente de origem socioeconômica, gênero, etnia e necessidades especiais foram realizadas.

.Foram desenvolvidos projetos de recuperação paralela que atenderam às necessidades de aprendizagem dos alunos.

O ATPC se constituiu em um espaço coletivo de formação para o desenvolvimento do currículo e avaliação do processo ensino e aprendizagem

.O MMR – Método de melhoria de resultados foi efetivamente desenvolvido em ATPC e consequentemente em sala de aula com acompanhamento pedagógico *in loco e posterior feedback.*

D) GESTÃO DE PESSOAS

.Foi promovida regularmente a integração entre os profissionais da escola, pais e alunos, visando a uma concepção educacional comum e a unidade de propósitos e ações.

.Dada as sugestões dos docentes nas reuniões periódicas foram promovidas ações de formação continuada a partir da identificação de necessidades dos docentes e demais profissionais.

.Com o consenso coletivo desenvolveu-se práticas de conhecimento e observância da legislação educacional, do regimento escolar e demais normas legais que orientam os direitos e deveres de professores, demais profissionais, pais e alunos.

E) GESTÃO DE SERVIÇOS E RECURSOS

.Foram realizadas práticas de organização, atualização da documentação, escrituração, registros dos alunos, diários de classe, estatísticas, legislação e outros, para um atendimento ágil à comunidade escolar e ao sistema de ensino.

.Foram utilizados de forma apropriada as instalações, os equipamentos e os materiais pedagógicos, incluindo os recursos tecnológicos, para a implementação do Currículo na escola.

.Buscou-se formas alternativas para criar e obter recursos, espaços e materiais complementares para a melhoria do trabalho escolar.

.Foram realizadas ações de planejamento participativo, acompanhamento e avaliação da aplicação dos recursos financeiros, levando em conta as necessidades da escola, os princípios da gestão pública e a prestação de contas à comunidade.

PONTOS QUE NECESSITAM DE FORTALECIMENTO NAS DIVERSAS GESTÕES AVALIADAS:

A) GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

.Foram realizadas, periodicamente, práticas de avaliação e socialização dos objetivos e metas alcançados pela Proposta Pedagógica/Plano de Gestão, com o envolvimento de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, porém almejasse-se o aperfeiçoamento na formação dos atores para melhor interpretação dos dados.

.Foram levantados e analisados de forma sistemática, índices de satisfação dos alunos, pais, professores, demais profissionais da escola, em relação à gestão, às práticas pedagógicas e aos resultados da aprendizagem e nota-se que, principalmente as famílias, não possuem clareza quanto as novas práticas educacionais.

B) GESTÃO PARTICIPATIVA

.Com base na consulta feita ao grupo de atores que compõe o cenário escolar, pode-se entender que as metas e ações do Plano de Gestão que devem acontecer nas práticas pedagógicas podem ser aperfeiçoadas, especificamente no tocante à efetiva participação de pais e suas sugestões para orientar propostas de melhoria.

C) GESTÃO PEDAGÓGICA

.Identificou-se que existem algumas dificuldades para que os Planos de Ensino atinjam consonância com a Proposta Pedagógica da escola, principalmente no tocante a tecnologia, porém o diálogo com o currículo oficial acontece atendendo aos interesses e as necessidades dos alunos.

.Foi identificada a carência de habilidades em relação ao uso de tecnologia e a formação em através de *workshops* foi elencada como uma das carências do corpo docente

D) GESTÃO DE PESSOAS

.Dinâmicas e ações para desenvolver equipes e lideranças, elevar a motivação e a autoestima dos profissionais e mediar conflitos, em um clima de compromisso ético, cooperativo e solidário foram desenvolvidas mas o objetivo é a intensificação das mesmas.

.Foram adotadas, por iniciativa da escola, práticas avaliativas do desempenho de professores e dos demais profissionais ao longo do ano letivo, para promover a melhoria continua desse desempenho, no cumprimento de objetivos e metas educacionais e verificou-se certa resistência dos profissionais em relação ao acompanhamento. O convencimento em relação a parceria nesta ação precisa ser melhorado

E)<u>GESTÃO DE SERVIÇOS E RECURSOS</u>

.Foram promovidas ações que asseguraram a conservação, higiene, limpeza, manutenção e preservação do patrimônio escolar, instalações, equipamentos e materiais pedagógicos, porém eventualmente a gestão gostaria de dispor de mais recursos para melhoria dos serviços.

8. Filosofia, Missão e Papel Social da Escola

Quando se fala em Filosofia da Escola, estamos buscando na Filosofia enquanto ciência a explicação e fundamentação que ampare a escola que temos e a escola que queremos (pais, gestores, professores, alunos, funcionários). Se a filosofia estuda o mundo como ele é e como o mundo poderia ser, assim como os entraves para um mundo melhor, as adotarmos o conceito de filosofia da escola o que estamos fazendo é nada mais do que detectar a escola que temos, a escola que queremos e os caminhos que devemos trilhar pra alcançar a almejada escola que queremos.

Sendo assim, a Escola Estadual Professora Cecília de Negri, traz por premissa a Missão de garantir o acesso e a permanência de todos, com princípios de igualdade e equidade, oferecendo ensino de excelência à comunidade, com condições de aprendizagem significativa, atualizada e eficaz, com vistas à formação integral de sujeitos protagonistas, críticos, competentes, autônomos, éticos e solidários.

Para atingir a consonância entre a Filosofia e a Missão adotada, a Escola Estadual Professora Cecília de Negri, tem como tendência pedagógica a Pedagogia crítico-social dos conteúdos, visto que tal corrente da pedagogia progressista defende o ponto de vista de que a principal contribuição da escola para a democratização da sociedade está na difusão da escolarização para todos, colocando a formação cultural e científica nas mãos do povo como instrumento de luta para sua emancipação. Valoriza a instrução como domínio do saber sistematizado e os meios de ensino como processo de desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos e viabilização da atividade de transmissão/assimilação ativa de conhecimentos.

A pedagogia crítico-social propõe uma teoria pedagógica embasada numa concepção de mundo que parte das condições concretas em que se desenvolve a luta de classes; propõe uma didática que determina princípios e meios como diretrizes orientadoras para os processos de ensino necessários ao domínio de conhecimentos, garantindo durabilidade aos efeitos formativos da instrução e da educação.

O trabalho docente concebe o aluno como ser educável, sujeito ativo do próprio conhecimento, mas também como ser social, historicamente determinado, indivíduo concreto, inserido no movimento coletivo de emancipação humana. (...) É preciso que o professor aprenda a abarcar todos os aspectos, ligações e mediações inerentes à ação pedagógica, tomá-lo no seu desenvolvimento, nas suas contradições, a fim de introduzir no trabalho docente a dimensão da prática histórico-social no processo do conhecimento.

Para contemplar a fundamentação teórica acima delineada, sinteticamente temos:

- -Papel da Escola: É a tarefa primordial. Conteúdos abstratos, mas vivos, concretos. A escola é a parte integrante de todo social, a função é "uma atividade mediadora no seio da prática social e global". Consiste para o mundo adulto.
- Conteúdos: São os conteúdos culturais universais que se constituíram em domínios de conhecimento relativamente autônomos, não basta que eles sejam apenas ensinados, é preciso que se liguem de forma indissociável.
- -A Pedagogia Social dos Conteúdos: assume o saber como tendo um conteúdo relativamente objetivo, mas ao mesmo tempo "introduz" a possibilidade de uma reavaliação crítica frente a este conteúdo.
- Método: É preciso que os métodos favoreçam a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos.
- Professor x Aluno: Consiste no movimento das condições em que professor e alunos possam colaborar para fazer progredir essas trocas. O esforço de elaboração de uma

pedagogia dos conteúdos está em propor ensinos voltados para a interação "conteúdos ${\sf x}$ realidades sociais".

- Pressupostos: O aluno se reconhece nos conteúdos e modelos sociais apresentados pelo professor. O conhecimento novo se apoia numa estrutura cognitiva já existente.

Tendo como cerne o referencial teórico adotado e os princípios e pressupostos que regem tanto o sistema educacional, quanto o elaborado pelo grupo que compõe o cenário escolar, temos:

A. Função Social da Escola: Proporcionar, incentivar, promover e gerir a oportunidade de acesso ao conhecimento sistematizado a todos os alunos. A partir disto assegurar que o mesmo atinja a produção de novos conhecimentos e o desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes a sociedade moderna, as novas demandas sociais, a tecnologia e ao mundo globalizado. Preocupar-se não somente com aquisição de conhecimento, mas também com a construção de valores éticos e morais e com a formação de um cidadão consciente e participativo na sociedade em que está inserido capaz de exercer sua cidadania em prol da melhoria do todo.

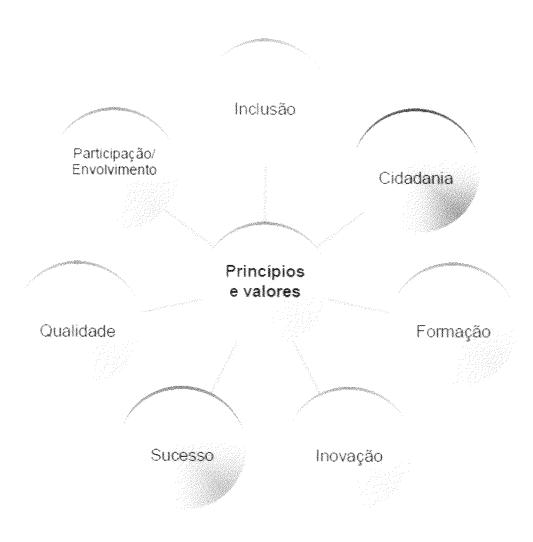
B. O Trabalho Pedagógico: A escola tem por concepção adotar a crítica construtiva e reflexiva possibilitando a toda a comunidade um projeto político pedagógico consolidado pela colaboração mútua e o exercício da construção coletiva, capaz de nortear caminhos possíveis de serem traçados em busca de um ensino que prima à qualidade. A comunidade escolar tem por obrigação repensar constantemente o seu papel pedagógico e sua função social, para tanto, se faz necessário refletir sobre a escola que temos sempre voltados aos interesses políticos se estes forem para o bem comum e nunca assumindo postura discriminadora e produtora de mecanismos de controle que impeçam

que os nossos estudantes consigam enfrentar em condições de igualdade os desafios do mundo contemporâneo.

Para que a escola cumpra a sua missão e função social será necessário:

- o Valorização, integração e participação da comunidade escolar;
- o Todos os segmentos da escola devem estar plenamente voltados à completa valorização do educando;
- o Cursos de formação e qualificação dos profissionais da educação;
- o Criação e reorganização do espaço físico;
- o Material didático e outros que facilitem o trabalho do professor;
- o Número de alunos/as em sala de aula condizente com a metragem do ambiente;
- o Recursos humanos, pedagógicos e financeiros;
- o Cobrança de regras de convivência em grupo;
- o Melhor qualificação profissional e salários compatíveis com os diferentes níveis e funções.
- o Restabelecimento da motivação e credibilidade dos professores/as.

9. Princípios e valores que norteiam o projeto



9.1 - BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM

Para a concepção dos princípios e valores que norteiam este projeto tornou-se premissa a o embasamento das diretrizes que constam na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

9.1.1 - Preâmbulo

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental. Ao longo da Educação

Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a "educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza" (BRASIL, 2013)3, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)4. É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

- 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- 2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
- 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

- 4. Utilizar diferentes linguagens verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
- 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
- 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
- 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários

9.2 CURRÍLULO PAULISTA

Outro documento de suma importância no direcionamento daquilo que se propõe em nossa proposta predagógica esta no currículo Paulista. O Currículo Paulista é direcionado para os seguintes objetivos:

- I. Assegurar os direitos de aprendizagem de todos os estudantes paulistas, garantindo o que está previsto na BNCC, dando continuidade aos documentos que o antecederam e contextualizando as competências e as habilidades com as especificidades do Estado de São Paulo.
- II. Trazer os princípios orientadores para uma escola que busca o desenvolvimento pleno de seus estudantes, por meio de um currículo de Educação Integral, indispensável na formação dos indivíduos em suas dimensões: biológica, afetiva, social, cultural e profissional no mundo contemporâneo.
- II. Reafirmar os princípios de colaboração e democracia que deram origem ao documento.
- III. Subsidiar a construção de materiais de apoio e programas específicos de modo a valorizar as experiências das diversas redes e compartilhar o conhecimento produzido por todos.
- IV. Valorizar a Proposta Pedagógica de cada escola do território.
 - O Currículo Paulista apresenta assim, os objetivos orientadores para uma escola comprometida com seu tempo, contextualizada, na qual assegura- se a aprendizagem para todos os estudantes, considerando aspectos sociais, culturais, intelectuais, físicos, corporais e afetivos voltados aos desafios presentes e futuros que se apresentam (e se reapresentam) na vida cotidiana dos estudantes.

10. Síntese da Concepção de ensino-aprendizagem e Educação Inclusiva

A partir da década de 90 a inclusão educacional tem ocupado um significativo espaço de reflexão em todo mundo. Existem inúmeras e contraditórias formas de agir e pensar o espaço escolar quando o assunto é inclusão. De modo geral, a proposta de educação inclusiva está, equivocadamente, relacionada apenas às pessoas em situação de deficiência. Organismos como UNICEF e a UNESCO estão desenvolvendo um importante trabalho em prol de uma educação que atenda a todas as crianças em idade escolar. Várias reuniões internacionais têm sido convocadas para tratar desse assunto. Dentre elas destacamos a Convenção dos Direitos da Criança realizada em Nova York em 1989; a Conferência Mundial de Educação Para Todos, que aconteceu em Jomtiem (Tailândia) em 1990; a Conferência Mundial sobre "Necessidades Educativas Especiais", desenvolvida em Salamanca (Espanha) em 1994 e a mais recente, no ano de 2000, acontecida em Dakar (Senegal) com o título de "Fórum Consultivo Internacional para a Educação para Todos. Dentre todas essas conferências, cabe destacar a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, de 1994, em Salamanca, por ser a que mais contribuiu para impulsionar a educação inclusiva em todo o mundo (SÁNCHEZ, 2005, p. 9). Nessa conferência participaram noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais que reconheceram a necessidade e urgência de que o ensino chegasse a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no âmbito da escola regular. Cabe destacar aqui que a idéia-força que orientou o texto de Salamanca é a da escola para todos e não apenas para pessoas com deficiência, como muitos supõem. Lendo o texto da Declaração, parece não haver dúvidas de que os sujeitos da inclusão... ...são todos: os que nunca estiveram em escolas, os que lá estão e experimentam discriminações, os que não recebem as respostas educativas que atendam às suas necessidades, os que enfrentam barreiras para a aprendizagem e para a participação, os que são vítimas das práticas elitistas e injustas de nossa sociedade, os

que apresentam condutas típicas de síndromes neurológicas, psiguiátricas ou com quadros psicológicos graves (ÉDLER, 2005). A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola, cujas garantias estão postas na Declaração de Salamanca. Discutimos a exclusão e, por isso, deixamos de discutir as formas 6 pobres e até mesmo indecentes de inclusão, presentes nas políticas de inclusão escolar. Uma alternativa de fato includente impõe a necessidade de criticar, de recusar e resolver a excludência social; que a exclusão não se explica apenas pelo fenômeno em si, mas também, e sobretudo, pela interpretação que ele faz da vítima (MARTINS, 1997, p. 21). No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamim Constant, e o Instituto dos surdos mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação de Surdos, ambos no Rio de Janeiro. Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos "excepcionais" à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir "tratamento especial" para alunos com "deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados", não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza: que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências; e

assegura aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Acompanhando o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: 7 os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001). De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define-se que: em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional... [...] No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação de tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana (BRASIL, 2007, p. 16). A inclusão encontra-se hoje conceitualmente situada entre grupos que a consideram como utópica, outros como mera retórica e outros como uma manobra de diversão face aos problemas reais da escola (RODRIGUES, 2005). Para que a escola se torne inclusiva, faz-se necessário pensarmos que ela, desde sua criação, organizou-se com base numa indiferença às diferenças (RODRIGUES, 2002). As experiências de inclusão na escola depara-se ainda com o fato de que esta não é, pela sua história, em seus valores e práticas, uma estrutura inclusiva e foi, ela mesma, criadora de exclusão. Norwich apud Rodrigues (2002) apresenta uma série de dilemas que devem fazer parte do processo de mudança da escola para que esta se torne de fato inclusiva. São eles o currículo, a identificação, a relação pais-profissionais e o modelo de inclusão. O currículo é um dos aspectos centrais a ser levado em conta quando se procura realizar alterações na escola no sentido da inclusão. Existe, por parte das escolas, uma dificuldade em

alterá-lo e ele acaba sendo usado como uma das justificações para se manter a escola como está. Desta forma, o currículo pode ser visto como um dos obstáculos à Inclusão. A estratégia de diferenciação curricular que se propõe para a educação inclusiva é aguela que não separa os alunos com base em determinadas 8 categorias e sim aquela que educa os alunos em conjunto, aproveitando as suas diferenças na classe assumida como um grupo heterogêneo. A escola deve levar em consideração que os alunos possuem diferentes pontos de partida, realizam percursos diferentes e podem atingir patamares diferentes. Em relação à identificação Norwich apud Rodrigues (2002) afirma que a designação de "necessidades educativas especiais" foi criada com a intenção de situar o processo educativo nas necessidades que a pessoa apresenta e não no seu todo defectológico. Retira-se assim o estigma de deficiência mas continua-se rotulando o aluno que é identificado como tendo dificuldades. A criação de um processo de rotulação faz com que pensemos que se duas pessoas apresentam a mesma deficiência, então, consequentemente possuirão as mesmas necessidades educativas. Rodrigues (2005) citando Boaventura Sousa Santos ao falar de um metadireito que é o direito de ter direitos diz: "todos temos direito a ser iguais quando a diferença nos diminui e todos temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza" (2001, p.188). Lima apud Rodrigues (2005) diz que frequentemente, a característica comum de uma classe de escola pública é que 100% de seus alunos são diferentes de qualquer outro. Desta forma não podemos pensar em turmas homogêneas, fato que é perseguido permanentemente pelos professores. O mito da homogeneidade como condição de qualidade, comum a pais e professores, assume aspectos de um dilema quando, por exemplo, uma escola faz um esforço para usar modelos mais inclusivos de admissão e organização, de planejamento e de gestão da sala de aula, e este esforço não é reconhecido e valorizado pelos pais (RODRIGUES, 2005, p. 53). Skrtic apud Rodrigues (2002) dá, sintomaticamente, o seguinte título a um artigo seu: O paradoxo da Educação Especial: a Igualdade como caminho para a excelência". Podemos pensar em igualdade

como critério de qualidade? O modelo de inclusão nos leva a refletir sobre o que é estar incluído na escola. Será que a simples presença física de um aluno com NEE em uma sala de aula regular significa estar incluído? Estar incluído é um sentimento e uma prática mútua de pertença entre a escola e a criança, isto é, o jovem deve sentir que pertence à escola e a escola sentir que é responsável por ele. 9 Rodrigues (2005) constatou que quando os professores são questionados sobre as barreiras à inclusão, enunciam predominantemente três fatores: a falta de formação dos professores para empreender práticas inclusivas; a carência de recursos e a ausência de mudanças estruturais na escola que sustentem as inovações. Como vimos anteriormente, a designação de necessidades educativas especiais foi criada para centrar o foco nas necessidades da pessoa e não em sua deficiência, mas qual a utilidade de usar o termo NEE num contexto de inclusão? a designação de NEE seria ainda mais útil para encontrar mais rápida e adequadamente os recursos específicos de que cada aluno precisa, dado que a política de recursos se organiza freqüentemente conforme tipos de necessidades especiais (EASNE apud RODRIGUES, 2005, p. 51). O Conselho Nacional de Educação (1998) apud Rodrigues (2005) critica o uso do termo NEE pela amplitude do termo necessidades, que não distingue a sua gravidade ou sua permanência, e a rotulação que pode advir de seu uso. Passaremos, a seguir, a caracterizar os alunos com Necessidades Educativas Especiais. 1.1 OS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS A escolha do termo "necessidades educacionais especiais" reflete o fato de que os alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem podem apresentar necessidades educacionais de gravidades distintas em diferentes momentos. César Coll (2004) nos apresenta algumas idéias referentes ao uso do termo NEE sobre as quais passaremos a discorrer. Em torno de 2% dos alunos tem necessidades permanentes e requerem recursos especiais para que a resposta educativa seja adequada. Em 18% os problemas dos alunos são menos graves ou menos permanentes e, normalmente, recebem alguma ajuda específica nas classes de ensino comum. Neste último grupo, encontram-se os

alunos cujas necessidades especiais manifestam-se em problemas de linguagem, em conflitos emocionais, em 10 dificuldades na leitura e na escrita, em atrasos na aprendizagem de diferentes matérias ou no absenteísmo escolar. Uma segunda característica é seu caráter relativo e contextual. Os problemas de aprendizagem dos alunos são determinados, em grande medida, por seu ambiente familiar e social e pelas características da própria escola. O tipo de ensino que se desenvolve em uma escola pode originar ou intensificar as dificuldades dos alunos. A terceira característica refere-se aos problemas de aprendizagem. Um aluno com NEE apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que requer uma resposta educativa mais específica. Uma criança cega, surda ou com paralisia cerebral apresenta inicialmente dificuldades que seus colegas não têm. O acento está agora, contudo, na capacidade da escola para adaptar a prática educativa às necessidades desses alunos e oferecer uma resposta satisfatória. Esta nova terminologia, NEE, propõe que o principal objetivo das mudanças é educar os alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. A finalidade do esforço é a educação desses alunos. É, antes de tudo, o tipo de escola, sua flexibilidade curricular e a capacidade dos professores para conduzir o processo de ensino com alunos muito heterogêneos que permitirão que um aluno, mesmo com NEE graves e permanentes, possa ser escolarizado numa classe comum, com apoios para o professor e para o próprio aluno. Isto significa que as escolas devem estar preparadas para acolher e educar a todos os alunos e não somente aos considerados "educáveis". Por isso, a inclusão assume que a convivência e a aprendizagem em grupo é a melhor forma de beneficiar a todos, não somente as crianças rotuladas como diferentes. Portanto, a educação inclusiva se propõe a aumentar a participação de todos os alunos no currículo escolar e social, o que pode ser comprovado na seguinte definição: [...] é o meio mais efetivo de combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando a educação para todos, além disso proporciona uma educação eficaz para a maioria das crianças, melhora a

eficácia e, por fim, a relação custo-efetividade de todo o sistema educativo" (UNESCO, Declaração de Salamanca 1994, XI). 11 A educação inclusiva centra-se em como apoiar as qualidades e as necessidades de cada um e de todos os alunos na comunidade escolar para que se sintam bem vindos e seguros e alcancem êxito. A inclusão dirige seu olhar a todos os alunos, já que todos podem experimentar dificuldades de aprendizagem em um dado momento. Dessa forma, as estratégias de trabalho que ela estabelece são direcionadas para favorecer a aprendizagem de todos os alunos da classe regular. Os defensores da inclusão manifestam a necessidade de reconstruir o conceito de necessidades educacionais especiais, ao defender que na inclusão não somente temos que considerar o déficit do aluno, senão, também as dificuldades que ele experimenta, considerando o contexto educativo, a organização da sala, e como se desenvolvem os processos de ensino-aprendizagem nas escolas inclusivas. A educação inclusiva vai muito além de atender o aluno com necessidades educacionais especiais, pois supõe práticas educativas para todos os alunos e para o conjunto da escola. A inclusão centra seu interesse em todos os alunos, por isso, os professores devem rever o conceito que possuem sobre dificuldades de aprendizagem e que ações devem ser colocadas em prática. O professor deve romper com a visão individualizada, pois a perspectiva individualizada tem levado a que se estabeleçam tipos de alunos que requerem formas diferentes de ensinar, diferentes tipos de professores, desviando a atenção de questões fundamentais como as formas de ensino que a escola estabelece para dar resposta à diversidade. Trataremos, nos próximos capítulos, de cada uma das deficiências, abordando suas características e formas de atendimento.

- 10.1 Síntese da concepção de ensino-aprendizagem da escola:
- Concepção de ensino-aprendizagem e do Currículo para sua efetivação:

Nem sempre o currículo está dentro do contexto social do aluno, visto que há diversidade de realidades. Mas o grupo escolar procura sempre fazer adaptações para adequar as necessidades e atingir os objetivos do currículo.

11. Concepção de cidadão que se quer formar:

Queremos torná-los cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres para si e para a sociedade.

11.1 - Articulação entre concepção de ensino-aprendizagem, concepção de cidadão e resultados da avaliação externa (série histórica no IDESP):

O professor deve catalisar ideias e descobertas, estimular o conhecimento dos alunos como mediador entre o saber do aluno e o currículo, fazer com que o mesmo se perceba e seja cada vez mais independente e responsável pelo seu próprio conhecimento, conseguindo assim bons resultados em avaliações internas e externas.

11.2 Concepção da função social da escola para a consecução do Currículo (processos de ensino e aprendizagem) e para sucesso no alcance das metas do IDESP (resultados do processo de ensino e aprendizagem):

Contextualizar como conhecimentos prévios do aluno inserindo novos e motivando-os e conscientizando da importância de um bom rendimento nas avaliações externas e uso do seu conhecimento para melhoria social.

Potencialidade:

Direcionar o currículo, orientando o aluno para desenvolver suas potencialidades.

Desafio:

O grande desafio é o estimular que os alunos são capazes de realizar mudanças na sua vida e na sociedade.

11.3 - Educação Inclusiva - Especificações

Visando atender os princípios de que a educação na CF/1988 é um direito público subjetivo, a Escola Estadual Professora Cecília de Negri, seguindo as premissas da constituição e da LDB 9394/96, respeita os princípios de igualdade e equidade, promovendo o fortalecimento da escola inclusiva, e entende que a educação especial integra a educação regular e perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Esta Escola assegura recursos e serviços educacionais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar o ensino regular, com o objetivo de garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos com deficiência física, intelectual, sensorial ou múltipla, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Voltada a promoção de uma educação de qualidade para todos, esta escola:

- efetua a distribuição ponderada dos alunos público alvo da educação especial pelas várias classes da fase escolar em que forem classificados, buscando a adequação entre idade e série/ano;
- implementa flexibilizações curriculares que considerem metodologias de ensino diversificadas e recursos didáticos diferenciados para o desenvolvimento de cada aluno da educação especial, em consonância com o projeto pedagógico da escola;
- promove o estabelecimento de parcerias e redes de apoio para auxiliar os alunos com deficiência;
- realiza o aprofundamento e enriquecimento curricular com o propósito de favorecer o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com altas habilidades ou superdotação;

- procura garantir, no âmbito de sua governabilidade, a presença de intérpretes da Libras, guias intérpretes e cuidadores, sempre que necessário;
- busca dar sustentabilidade ao processo escolar, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio com a participação da família e de outros agentes da comunidade no processo educativo;
- garante apoios pedagógicos, tais como:
- a) oferta de apoios didático-pedagógicos necessários à aprendizagem, à comunicação, com utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- b) atendimento educacional especializado em sala de recursos na escola onde o aluno frequenta, em outras escolas ou em instituição que ofereça o atendimento em sala de recursos no contra turno de sua frequência na sala regular com a utilização de procedimentos, equipamentos e materiais próprios, por meio da atuação de professor especializado para orientação, complementação ou suplementação das atividades curriculares, em período diverso da classe comum em que o aluno estiver matriculado;

Na Escola Estadual Professora Cecília de Negri, os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou com deficiência que dificulte o acesso ao currículo são encaminhados para avaliação médica, psicológica e pedagógica especializada, se necessário, com diagnóstico médico ou parecer psicológico que indique deficiência intelectual, terão atendimento educacional especializado, em sala de recurso, em turno inverso ao regular. As necessidades educacionais especiais são definidas pelos problemas de aprendizagem apresentados pelo aluno, em caráter temporário ou permanente, bem como pelos recursos e apoios que a escola deverá proporcionar, objetivando a remoção das barreiras para a aprendizagem.

Assim, o Projeto Pedagógico desta escola se propõe a oferecer e uma educação que propicie respostas educacionais a todos os alunos inclusive àqueles que apresentam

Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação, atendidos pela Educação Especial. O aluno com necessidades educacionais especiais deve ser inserido, preferencialmente, na escola regular com currículo adaptado para atender às suas necessidades individuais e as necessidades gerais da classe. Esta escola prevê o estabelecimento de rede de apoio à inclusão, no espaço físico da escola ou em espaços os mais próximos possíveis da mesma, onde o aluno receba o atendimento educacional especializado (AEE) sempre que necessário.

12. Objetivos, Metas e Plano de ação

Tendo em vista toda a situação apresentada até aqui, é necessário intervir, desenvolvendo objetivos e metas claras. Para tanto é necessário ser associado um plano de ação, que permita ultrapassar alguns problemas identificados. Pretende-se, assim:

- · Continuar a motivar os alunos para a aprendizagem e construção de habilidades e competências;
- · Desenvolver o gosto pelo saber;
- · Levar os alunos a perspectivarem a escola como uma janela de oportunidades futuras;
- · Promover práticas de cidadania que conduzam ao cumprimento integral de regras de comportamento e estabelecimento de relações sociais saudáveis por parte dos alunos;
- · Proporcionar o reconhecimento da importância social e cultural da escola por parte de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem;
- · Desenvolver hábitos e estilos de vida saudável por parte dos alunos;
- · Incentivar pais/responsáveis a participarem das atividades promovidas pela escola;
- · Proporcionar formação que vá de encontro às áreas identificadas como deficitárias

12.1 - Da concepção, dos deveres e princípios para atender os objetivos e metas desejados:

Nas reuniões pedagógicas com professores; de pais e mestres, de conselho de classe e série; com os membros da APM e do Conselho de escola, assim como nas reuniões do grêmio estudantil, foram coletados dados que permitiram apreender as expectativas e objetivos que tais sujeitos projetam para a unidades escolar que estão inseridos. As percepções e concepções dos atores escolares auxiliam para um melhor delineamento para se atingir os cenário desejável acima expostos. Diante disso, sinteticamente, temos:

12.2 - Quanto aos pais:

Os pais relatam o desejo de uma vida melhor para seus filhos, para isso eles acham que o aprendizado poderia ser melhor para o amadurecimento pessoal.

12.3 - Expectativa de futuro dos alunos da educação básica (qual o futuro que os alunos imaginam para si mesmos):

Segundo relato, os alunos esperam amadurecimento de si mesmos.

Observamos uma maior preocupação com relação ao futuro emprego.

Os alunos na grande maioria demonstram interesses por cursos técnicos de informática, outros cursos variados (técnicos e superiores) visando um futuro com sucesso profissional que garanta a estabilidade no mercado de trabalho.

Os alunos apresentam grande conhecimento na área tecnológica e de informação, porém alguns desacreditam que através da escola terão um melhor desempenho no futuro.

12.4 - Expectativa dos professores em relação ao papel da escola na construção de cidadãos:

Posicionamento dos professores em relação a seu papel nessa construção: Formar o cidadão crítico, dentro da ética da cidadania. Acreditar na transformação para vida.

12.5 - Principais desafios da prática dos professores:

Motivação.

Expectativa da equipe de apoio técnico-administrativo em relação ao papel da escola na construção de cidadãos:

A escola representa um valor de grande importância na orientação da aprendizagem e no desenvolvimento do cidadão.

A equipe de apoio escolar espera que a escola contribua para o amadurecimento do aluno para a vida cotidiana.

13. Concepção de ensino-aprendizagem (processos de ensino e aprendizagem, avaliação da aprendizagem e avaliação dos resultados)

Principais concepções dos professores sobre ensino-aprendizagem, avaliação da aprendizagem e avaliação dos resultados:

- Através do Currículo Oficial do Estado de São Paulo, priorizar a leitura e a escrita dos alunos em todas as disciplinas, levando em consideração o repertório cultural do aluno.
- A avaliação da aprendizagem e a avaliação dos resultados deverão ser contínuos, cumulativos e paralelos, e servirão como reflexão para análise dos processos que serão indicadores para novas ações/reflexões/ações;

Análise pedagógica que a escola fez e fará dos resultados do IDESP para subsidiar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem:

Os resultados do IDESP servirão de indicadores de diagnósticos para revermos as competências e habilidades a serem trabalhados para alcançar as metas estabelecidas para cada etapa e série.

14. Das competências da equipe gestora

Para atender as premissas, princípios e objetivos aqui delineados, nas reuniões periódicas foram delimitadas as competências e deveres dos diversos atores que compõe o cenário escolar. Para tal tarefa, baseou-se tanto na legislação vigente, quanto nas concepções do grupo que compõe o cenário escolar. Não obstante, longe de separar concepção e execução, as competências aqui delineadas são para auxiliar didaticamente as diferentes esferas que trabalham coletivamente em prol da melhoria do processo central da educação, a saber: o processo ensino-aprendizagem.

14.1 - Competências do Diretor de escola:

- Viabilizar e coordenar o diagnóstico da escola.
- Articular o diagnóstico com o Projeto Pedagógico.
- Fomentar uma visão compartilhada sobre desafios e prioridades da escola.
- Aplicar a legislação e normas referentes à educação e ao ensino.
- Liderar a construção e implementação do Projeto Pedagógico e a disseminação de práticas eficientes e eficazes no âmbito da escola.
- Alinhar os documentos da escola às diretrizes curriculares da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo.
- Acompanhar o processo pedagógico da escola no seu dia a dia.
- Envolver a comunidade escolar na utilização dos resultados da avaliação da aprendizagem a fim de aprimorar o ensino e a aprendizagem.
- Aplicar os pressupostos e a prática da gestão democrática e participativa.

- Promover uma gestão de pessoas que valorize a escola como comunidade de aprendizagem e se comprometa com a superação contínua.
- Promover o estreitamento das relações entre os membros da comunidade escolar.
- Identificar oportunidades e estimular o desenvolvimento profissional dos membros da equipe e de si mesmo.
- Gerir o funcionamento adequado das instalações disponíveis na escola.
- Gerir os recursos financeiros de forma eficaz.
- Assegurar o funcionamento eficiente da Secretaria Escolar.
- Interagir e manter relações eficazes com os pais e a comunidade (entorno) de forma a potencializar a aprendizagem dos alunos.

14.2 Competências do vice-diretor de escola:

Assumir solidariamente as competências atribuídas ao Diretor.

14.3 Competências do professor coordenador pedagógico:

- Coordenar, juntamente com a direção, a elaboração e responsabilizar-se pela divulgação e execução da Proposta Pedagógica da escola, articulando essa elaboração de forma participativa e cooperativa.
- Organizar e apoiar principalmente as ações pedagógicas, propiciando sua efetividade.
- Estabelecer uma parceria com a direção da escola, que favoreça a criação de vínculos de respeito e de trocas no trabalho educativo.
- Acompanhar e avaliar o processo de ensino e de aprendizagem e contribuir positivamente para a busca de soluções para os problemas de aprendizagens identificados.
- Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas na escola.
- Atuar de maneira integrada e integradora junto à direção e à equipe pedagógica da escola para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

- Coordenar e acompanhar os horários de trabalhos pedagógicos coletivos (HTPC), promovendo oportunidades de discussão e proposição de inovações pedagógicas na perspectiva de uma efetiva formação continuada.
- Avaliar as práticas planejadas, discutindo com os envolvidos e sugerindo inovações.
- Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos, através de registros por bimestre, orientando os docentes para a criação de propostas diferenciadas e direcionadas aos que tiveram desempenho insuficiente.
- Acompanhar e orientar o projeto de recuperação paralela.
- Estabelecer metas a serem atingidas em função das demandas explicitadas no trabalho dos professores.
- Promover um clima escolar favorável à aprendizagem e ao ensino, a partir do entrosamento entre os membros da comunidade escolar e da qualidade das relações interpessoais.

15. Competências da Instituições internas da escola

As instituições escolares embora com diferentes funções possuem a mesma finalidade, a saber: auxiliar no bom andamento da Unidade escolar

15.1 - APM - Associação de Pais e Mestres

A APM é uma entidade jurídica de direito privado, criada com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola-comunidade. Deve atuar, em conjunto com o Conselho de Escola, na gestão da unidade escolar, participando das decisões relativas à organização e funcionamento escolar nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros, conforme segue:

- Cuidar da união das famílias dos alunos, possibilitando que pais e mestres encontrem conjuntamente solução adequada para todos os problemas que objetivem a defesa da educação.
- Colaborar com a Direção do estabelecimento para atingir os objetivos educacionais da escola.
- Representar as aspirações da comunidade e dos pais de alunos junto à escola.
- Mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para auxiliar a escola, provendo condições que permitam:
- 1. Melhoria do ensino;
- 2. O desenvolvimento de atividades de assistência ao escolar;
- 3. A conservação e manutenção do prédio, do equipamento e das instalações;
- 4. A programação de atividades culturais e de lazer que envolvam a participação conjunta de pais, professores e alunos;
- 5. A execução de pequenas obras, que deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação FDE.

Favorecer o entrosamento entre pais e professores possibilitando:

- 1. Aos pais, informações relativas tanto aos objetivos educacionais, métodos e processos de ensino, quanto ao aproveitamento escolar de seus filhos;
- 2. Aos professores, maior visão das condições ambientais dos alunos e de sua vida no lar.

15.2 - Grêmio Escolar

O Grêmio é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade, é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência e responsabilidade, tendo como competência:

- Representar condignamente o corpo discente.
- Defender os interesses individuais e coletivos dos alunos da Escola.
- Incentivar a cultura literária, artística e desportiva de seus membros.
- Contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades de sua escola, organizando campeonatos, palestras e projetos.
- Promover a cooperação entre direção, funcionários, professores e alunos no trabalho escolar, e participar em conjunto da programação e da construção das regras dentro da escola.
- Lutar pela democracia permanente na Escola, através do direito de participação nos fóruns internos de deliberação da Escola.

15.3 - Conselho de Escola

São atribuições do Conselho de Escola:

Deliberar sobre:

- Diretrizes e metas da unidade escolar;
- Alternativas de solução para os problemas de natureza administrativa e pedagógica;
- Projetos de atendimento psicopedagógicos e material ao aluno;
- Programas especiais visando à integração escola-família-comunidade;
- Criação e regulamentação das instituições auxiliares da escola;
- Prioridades para aplicação de recursos da Escola e das instituições auxiliares;

- A indicação, a ser feita pelo respectivo Diretor de Escola, do Assistente de Diretor de Escola, quando este for oriundo de outra unidade escolar;
- As penalidades disciplinares a que estiverem sujeitos os funcionários, servidores e alunos da unidade escolar;
- Elaborar o calendário e o regimento escolar, observadas as normas do Conselho Estadual de Educação e a legislação pertinente;
- Apreciar os relatórios anuais da escola, analisando seu desempenho em face das diretrizes e metas estabelecidas.

15.4 - Conselho de Classe/Série

Conselho de Classe e Série é um colegiado, no qual a equipe de gestão, professores e alunos se encontram para discutir o desempenho dos alunos de um determinado período, com as atribuições de:

- Tornar um momento de reflexão, quando se discute as dificuldades de ensino, de aprendizagem, adequação dos conteúdos curriculares, metodologia empregada, competências e habilidades, enfim, da própria proposta pedagógica da escola para se adequar às necessidades dos alunos.
- Analisar, coletivamente, o desempenho dos alunos, remetendo-os à recuperação ou projetando a solução dos problemas de aprendizagem.
- Planejar o ano subsequente àqueles alunos que necessitarem de um atendimento especial para adequá-los à nova série, na qual ingressará com defasagens. Daí a necessidade de se implementar a recuperação paralela desde o princípio do ano letivo.

- Avaliar se as metas propostas estão sendo atingidas, analisar o crescimento individual dos alunos e da classe, replanejar conteúdos não ministrados, recuperando o que não foi apreendido.
- Ser o momento de os professores retomarem aquilo que planejaram para todos os alunos e não conseguiram concretizar na continuidade, avaliando prioridades em discussão da qual participam docentes e discentes.
- Discutir comportamentos dos alunos com a preocupação de procurar as razões dessas atitudes e buscar soluções para os problemas vívenciados durante os bimestres.

15.5 - Reuniões de Pais: Interação Escola e Família

A nossa escola desenvolve um trabalho constante de informações, atendimento aos pais e interação com os mesmos durante todo o ano letivo. A interação da família com a escola é garantida por meio de:

- Reuniões bimestrais de pais e professores Para análise do aproveitamento escolar dos filhos.
- Horários especiais de atendimento aos pais Além das reuniões bimestrais, a direção e coordenação mantêm um horário regular de atendimento aos pais, em que podem ser discutidas questões ligadas ao aproveitamento, ou a quaisquer outros assuntos sobre o aluno que os pais ou professores julgarem necessários. Caso haja necessidade de uma conversa com o professor, os pais podem agendar um horário.
- Comunicado de ocorrências disciplinares comunicação constante para ciência, apuração e tomada de decisões quanto as ocorrências.
- Comunicado de ocorrência de faltas aos pais Mensalmente a escola mantém a família do aluno informada sobre a ocorrência de falta às aulas.

- Boletim escolar Será encaminhado bimestralmente aos pais após o término do ciclo de avaliação, contendo o aproveitamento e frequência alcançados pelo aluno.
- Comunicação e informações: por telefone (19) 38652574.
- Solicitação de documentação na secretaria:
- atendimento externo de segunda à sexta-feira das 08:00 às 16:00 horas.
- atendimento interno de segunda à sexta-feira das 07:00 às 18:00 horas.

16. Considerações Finais

Tendo em vista a busca por desvencilhar da divisão do trabalho, de sua fragmentação e do controle hierárquico, este projeto ao buscar nos atores escolares suas concepções, visou criar condições para gerar uma outra forma de organização do trabalho pedagógico. Ciente de que o projeto político-pedagógico da escola nada mais é do que uma reflexão de seu cotidiano.

No entanto, longe de ser algumas considerações finais, o projeto que por ora é apresentado tem como égide central sua constante formulação e reformulação pelos atores envolvidos. Buscou-se nas reuniões pedagógicas, em ATPCs, reuniões de conselho, de classe e série, assim como as assertivas do grêmio ter um norte comum, a saber: a participação ativa dos sujeitos nas elaborações e decisões da escola, da necessidade de alterações e melhorias, esse projeto é na realidade o fio condutor da unidade escolar, porém não o detentor do certo e do errado, mas sim a mola propulsora de um modelo de sociedade justa e igualitária, que por sua vez está ancorada em uma escola de qualidade para todos.

17. Bibliografia Consultada

ALVES José Matias. Organização, gestão e projeto educativo das escolas. Porto Edições Asa, 1992.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96). Ministério da Educação e Cultura

DEMO Pedro. Educação e qualidade. Campinas, Papirus, 1994.

MACHADO, Antônio Berto. "Reflexões sobre a organização do processo de trabalho na escola". In: Educação em Revista no 9. Belo Horizonte, jul. 1989, pp. 27-31.

MARQUES, Mário Osório. "Projeto pedagógico: A marca da escola". In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola no 18. ljuí, Unijuí, abr./jun. 1990. MOREIRA, Antônio Flávio B. "Currículo e controle social". In: Teoria e Educação no 5. Porto Alegre, Pannonica, 1992.

NÓVOA, Antônio. "Para uma análise das instituições escolares". In: Antônio Nóvoa (org.)
As organizações escolares em análise. Lisboa, Dom Quixote, 1992.

PARO, Victor Henrique. "Situações e perspectivas da administração da educação brasileira: Uma contribuição". In: Revista Brasileira de Administração da Educação. Brasília, Anpae, 1983.

RIOS, Terezinha. "Significado e pressupostos do projeto pedagógico". In: Série Idéias. São Paulo, FDE,1982.

SAVIANI, Dermeval. "Para além da curvatura da 'vara". In: Revista Ande no 3. São Paulo, 1982.

Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1983.

VEIGA, Ilma P.A. "Escola, currículo e ensino". In: I.P.A.

Veiga e M. Helena Cardoso (org.) Escola fundamental: Currículo e ensino. Campinas, Papirus, 1991.



VEIGA, Ilma P.A. e CARVALHO, M. Helena S.O. "A formação de profissionais da educação". In: MEC. Subsídios para uma proposta de educação integral à criança em sua dimensão pedagógica. Brasília, 1994.



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE CLASSE DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA CECÍLIA DE NEGRI PARA APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA – 2019

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, as treze horas, em primeira chamada, obtido o devido quórum em atendimento ao Edital de Convocação de 25/07/2019, nesta cidade, na sala 03 da Escola Estadual Professora Cecília de Negri, reuniram-se os membros do CONSELHO ESCOLAR devidamente assinados na relação de presenças anexa, para deliberarem quanto a Apreciação e Aprovação da Proposta Pedagógica — 2019 desta Unidade Escolar. Para presidir a assembleia foi indicada por aclamação a Diretora de Escola Matilde Donizete Alves que delegou a mim Bárbara Regina de Souza, Professora desta Unidade Escolar, a função de secretaria-la. Com a palavra a senhora Diretora apresentou aos presentes o documento supracitado, especificando sua finalidade e importância para o bom andamento dos trabalhos no decorrer do período a que faz jus. Em seguida foi conduzida a apreciação detalhada do mesmo seguida de reflexões e questionamentos, que foram devidamente sanados pela presidente da assembleia chegando-se ao consenso foi aprovado por unanimidade e segue para homologação. Todos em comum acordo tomam ciência do teor desta e firmam a presente em lista anexa para que constitua efeito legal.

Sumaré, 30 de Julho de 2019.



LISTA DE PRESENÇA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE CLASSE DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA CECÍLIA DE NEGRI PARA APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA — 2019

NOME COMPLETO	RG	CPF	ASSINATURA
Sex Eduardo Varonde	18 209 2045	02154697847	Sylpanylonz
Cluber A. Da Silvey	28428189.7	21365453833	
Layara 7 Januario des Santes	47,44.2.432 - 6	405.451.458-80	T.
JAn austra-sudigo	4897+318-7	C3944811152	
Education Q & Nova	21.293354-1	17340616836	-Coigal Que
Elizabeth Skimeny Frethe	18 56756-4	1143137333	Marks
Elizione P. B. Courance	35457-0573	364607018:13	Ch.
Buma Apareaida Momino Jaban	14281 448-9	016 881 748 - 9	Salan
Carnida Bespo Toroura Taes	14474344	09336115871	
Chistiane S. TRANCISCO	343788020	30098063880	Frank
Suryinha de & COlevera	22.852.F08.9	191828.7F	Gerezinha
Rosangela Ap Paduan	18.025.439-8	102.604.078.79	PAMaluan
Samara auca aracijo	30176428-7	28636460875	Sonford
Horaice Annais Collin Foticin	M241562-8	139391298.50	MAK
Elaine Macena Rosaria	29944912-9	260 912 38841	Elain Joans
Carle Beline Lotto Resp	26.644377-1	279 709 508/1	Call bull his R.
Rafaelo Ap Loper Ribevio	46.262.116-9	280.985.1884	/ Lafaelo R
Patriai Glor de Olivina	45.651.968-3	316.799,56884	A.
Duciana Godor da Pruz	23.885 4412.X	175 GSS 538.0G	W -
Cirtum Comer Silva Sausa Co	33.421456-8	270.020968-00	Gutian PS Souga
Bustano Messanchiod (Azedo	H185216	5814418649	Med 5
Barbara Rigna de Janza	30.658.615-0	364 851 208-07	BRouga



LISTA DE PRESENÇA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE CLASSE DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA CECÍLIA DE NEGRI PARA APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA – 2019.

NOME COMPLETO	RG	ASSINATURA
DUNIZETI EHUSTIND HEVES	37-740633-9	Continuth
PRISTIANE SILVANA FRANCISCO	34378802-0	KUDA
Vilar Hame domo Velas	47942312-X	VWMAjn
Michelle F. Noguina	40105106-7	MAN.
Augelsy A. Brang	79721589-8	Ang fr
Clerton alessandro Féreira	33746174-0	Ulitan
hUALIOUTHORA SOUR	321379643	Janes Land
Jala Prys.	28 08 891-1	
·		Port



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ EE PROFESSORA CECÍLIA DE NEGRI

Rua Francisco Figueiredo Pimenta, Nº 28 – Jd São Francisco CEP 13.181-081 - Sumaré/SP Tel. (19) 38641022

APROVAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA PEDAGÓGICO 2019

O CONSELHO DE ESCOLA APÓS APRECIAÇÃO APROVA A PROPOSTA PEDAGÓGICA 2019 DE ACORDO COM A ATA ESCOLAR DESSA UNIDADE.

SUMARÉ, 12 DE AGOSTO 2019

Migralde Donizete Alves RG 19388796-57 MEC 403783 Diretor de Escola

PELA MOMOLOGAÇÃO Sumart, <u>12:41 19</u>

> Elisa Helena Calil RG: 14.285.137 Supervisor de Ensino

HOMOLOGADO Sumaré, 22 1 42 1.72

Elisete Aparecida Flório da Silva Dirigente Regional de Ensino RG: 11.817.100-8